Universidade de São Paulo Escola de Comunicações e Artes

Disciplina CJE 0615 — Ética Prof. Dr. Eugênio Bucci

Seminário 5

Ética a Nicômaco - O meio-termo para alcançar a felicidade

Alunos:

Carolina Azevedo de Oliveira 12519007 Fernando Américo Cardoso 12518987 Joao Vitor de Lima Dall'Ara 12519178 Natalí de Lima Sorrentino 11910510

São Paulo Junho de 2021

Livro I

Sob a ótica do filósofo Aristóteles, o bem é aquilo a que todas as coisas tendem e, para todas as ações, existe um fim. Dessarte, ele considera que é belo e divino alcançar esse fim (o bem) para uma nação, por isso, a investigação da obra pauta-se na ciência política, visto que ela utiliza as demais ciências e legisla sobre o que devemos ou não fazer. Quanto à felicidade, esta se encontra onde não há excessos, pois escolhe-se um caminho equilibrado entre os extremos, desse modo, vê-se a ética interligada com a busca da construção de um ser virtuoso, em que o fim das ações humanas é a virtude.

Em relação aos fins, há diferenças entre eles, pois existem atividades nas quais o fim está em si mesmas e outras nas quais os fins são diferentes delas, tal qual a arte médica é utilizada para alcançar a saúde, sendo um bem instrumental. Já no sumo bem não há outros interesses envolvidos, sendo aplicável da mesma maneira para todas as pessoas como felicidade absoluta.

Nesse contexto, no qual todo conhecimento e todo trabalho visam a algum bem, observam-se os objetivos da política como o mais alto de todos os bens que podem ser alcançados pela ação. Nesse âmbito, para Aristóteles, o exercício da política tem por função justamente a melhoria da vida dos cidadãos. Sua prática permite que todos os indivíduos da sociedade possam alcançar a felicidade e maximizar as suas virtudes, sendo capazes de ações nobres. Por conta desta importância, a política seria a atividade mais nobre e honrosa de todas e seus praticantes, os políticos, deveriam ser, portanto, os indivíduos de maior nobreza, aqueles que já atingiram o sumo bem e a felicidade. Entretanto, os indivíduos somente julgam bem aquilo que conhecem, por exemplo, há pessoas que agem conforme suas próprias paixões, não são pautadas por princípios racionais, independentemente de idade ou caráter, logo, elas não tirarão proveito adequado de uma ciência como a política.

Ademais, há uma diferença na compreensão de um erudito e da maior parte das pessoas sobre o conceito de felicidade, bem viver e bem agir, pois estas acreditam em algo mais simples, como o prazer e as riquezas, apesar de discordarem em alguns casos. Já o erudito percebe a felicidade como um fim em si mesmo. Nessa perspectiva, identificam-se três modos de se viver: a vida dos prazeres, em que o homem se torna um escravo; a vida política, daqueles que buscam a honra; e a vida contemplativa, a vida racional e a mais feliz pelo ser humano.

Em suma, à luz de Aristóteles, viver bem é buscar fazer o bem ou o melhor que se possa, como um fim em si mesmo, pois isso seria a realização e a prática da perfeita virtude pela aplicação da razão em sobreposição aos desejos. Essa ideia dialoga com a ótica de Kant, no conceito "imperativo categórico", pois nele os indivíduos devem agir para o bem de todos, não apenas para o benefício individual, como um fim em si mesmo.

Outrossim, apesar da natureza da felicidade parecer a mais divina das dádivas dos deuses, Aristóteles entende que ela é obtida pelo aprendizado e não é simplesmente dada. Por isso, a experiência de vida faz toda a diferença. Os mais jovens não seriam completamente capazes de serem felizes e praticarem nobres ações por conta de sua pouca idade. Também se infere que a vida é um aprendizado constante. Portanto, questiona-se: será que o homem alcança a plena felicidade apenas no leito de sua morte?

É preciso lembrar a forma de se obter a felicidade, pois só há uma. Os homens alcançam a felicidade a partir das ações nobres. Os jovens mais frequentemente podem se desviar das práticas nobres, seja por intenção ou por erros ocasionais. São menos felizes por cometerem mais erros. Mas o fato de possuírem o propósito correto pode aproximá-los da felicidade. Os mais velhos, já mais experientes, não se distraem tão facilmente e, por insistirem de forma mais agressiva nas atitudes nobres, tornam-se mais felizes.

A felicidade também pode ser considerada um elemento contagioso. Cercar-se de pessoas nobres torna um indivíduo mais propenso a ter as mesmas atitudes. Essa influência se dá pelo *louvor*, que significa colocar alguém no posto de referência para uma determinada pessoa. Louvar um homem cujas ações são nobres pode ser decisivo em influenciar os demais ao seu redor a investirem nas mesmas práticas.

Todos os humanos desejam obter a felicidade. Como já foi mencionado, existem estímulos na alma que determinam o meio em que um indivíduo tentará buscá-la. Ao seguir suas emoções e sentimentos, o homem irá procurar a felicidade nos prazeres ou nas conquistas materiais. No entanto, não a achará. O verdadeiro estímulo é a razão, pois somente ela leva o indivíduo à prática das ações nobres. E estas, por outro lado, levam à felicidade. O princípio racional faz com que o homem obtenha uma série de virtudes, podendo ser de caráter intelectual ou moral. Assim, o alcance das boas virtudes é a única forma de se obter a felicidade.

Livro IV

O Livro IV, de Ética a Nicômaco, aborda, de maneira direta e concisa, a doutrina aristotélica, caracterizada pelo meio-termo. A partir desta, o filósofo representa as virtudes como o equilíbrio entre os vícios, tanto do excesso quanto do defeito, características relacionadas ao caráter humano. Esse equilíbrio representado pelas virtudes tem como finalidade guiar o caminho à felicidade.

Desse modo, o autor inicia indicando que a liberalidade é um meio-termo associado ao dar e receber riquezas e que o homem liberal gasta de acordo com as suas posses. Além disso, indica o pródigo – que excede no dar e malbarata suas riquezas – e o avarento – que é deficiente no dar e excedente no receber – como desvios da liberalidade. Aristóteles ainda deixa claro que a avareza é mais prejudicial que a prodigalidade, por ser o contrário da liberalidade e parecer inata ao homem.

Em sequência, o autor discute sobre a magnificência, outra virtude relacionada à riqueza, mas que ultrapassa a liberalidade. No texto, Aristóteles enfatiza que todo magnificente é liberal, mas nem todo liberal é magnificente, pois a magnificência está mais ligada à grandeza, ao brilhantismo e ao prestígio. Além disso, apresenta o mesquinho – quem é deficiente dessa disposição de caráter e fica aquém da medida em tudo – e o vulgar – quem excede no gasto e ostentação indevida de riquezas – de modo a enfatizar que o homem magnificente gasta o que deve e como deve, visando grandes situações para que suas ações sejam destaque.

A magnanimidade, chamada de coroa das virtudes, tem como grande fundamento a honra. O homem magnânimo – digno de grandes coisas – tem a sua honra de acordo com seus méritos, por isso, os magnânimos são, sobretudo, homens bons. Ademais, é considerável que tomam poucas ações, mas grandes e notáveis. O vaidoso – quem excede os próprios méritos – e o indevidamente humilde – o que fica aquém sobre seus méritos e é exageradamente modesto – são apresentados como desvios dessa disposição de caráter.

O meio-termo sem nome, identificado assim por Aristóteles, tem sua relação com a magnanimidade assim como a liberalidade tem com a magnificência. O ambicioso – quem excede por desejar a honra mais do que convém – e o desambicioso – quem carece e não deseja ser honrado, mesmo que por motivos nobres – são apresentados como os vícios desse meio-termo em relação à honra, que se sustenta quando ela não é desejada nem mais, nem menos do que convém.

A calma é o meio-termo em relação à cólera, esse meio-termo deve ser louvado, porque o homem calmo se encoleriza somente com as pessoas e coisas devidas. O pacato – quem não se encoleriza com as coisas que deveria – e o irascível – quem excede e ira-se mais do que convém – diferem dessa disposição de caráter pela deficiência e o excesso. Ainda são consideradas as pessoas irascíveis, coléricas, birrentas e mal-humoradas com algumas distinções entre elas, mas, no geral, todas excedem em relação à cólera.

A segunda metade do livro quarto, de *Ética a Nicômaco*, segue de modo a argumentar que o meio termo entre o homem obsequioso – que jamais se opõe – e o grosseiro – que a tudo, sem escrúpulo, se opõe – é aquele que se conforma e rebela ante as coisas que deve da maneira devida. Isto é, apesar de ser uma virtude não nomeada por Aristóteles, representa aquele que se relaciona a estranhos e amigos a partir do mesmo princípio, procurando não causar dor ou proporcionar prazer guiando-se pela honra e conveniência.

Em seguida, argumenta-se que o meio termo entre o homem jactancioso – que se arroga mais do que possui – e o falsamente modesto – que nega o que possui – é aquele que é veraz tanto em seu modo de viver como em suas palavras, declarando o que possui, porém não mais nem menos. O meio termo torna-se aqui valioso, visto que ele não mente, e a falsidade é, por si só, culpável, e a verdade é nobre e digna de louvor.

Já o meio-termo entre o chocarreiro – que, para provocar o riso, não se preocupa com a propriedade do que diz – e o rústico – que em nada contribui e em tudo acha o que censurar – é o espirituoso. O homem espirituoso é aquele que graceja com bom gosto, que baseia sua ação no tato, ou seja, a capacidade de dizer e escutar aquilo que fica bem a uma pessoa digna. Para Aristóteles, os lazeres e a recreação são considerados um elemento necessário à vida, portanto, o rústico deve ser repreendido, mas também o chocarreiro, que a todo custo tenta ser espirituoso e não o é.

O filósofo finaliza o quarto livro de modo a classificar a vergonha como uma espécie de medo da desonra, que causa um efeito semelhante ao medo. Apesar de reconhecer a vergonha mais como um sentimento que uma disposição de caráter, objeto deste livro, o filósofo caracteriza a vergonha como digna ou indigna, variando com a situação. A vergonha é ruim e indigna de qualquer homem bom, uma vez que acompanha as más ações, e é característico de um homem mau o ser capaz de cometer qualquer ação vergonhosa. Mas também pode ser considerada uma boa coisa quando um homem bom cometer uma má ação, visto que o despudor — ou não se envergonhar de praticar ações vis — é mau.

A partir desses exemplos, Aristóteles descreve o caminho detalhado para a felicidade, ideia frequentemente explorada por importantes filósofos e doutrinas políticas e religiosas, da antiguidade aos dias de hoje. O filósofo chinês Confúcio, cujos princípios são hoje seguidos por milhões, descreve a vida harmoniosa como uma vida que evita excessos e faltas. O confucionismo, que sublinha uma moralidade pessoal e governamental, estabelecendo um código de conduta, defendia a criação de uma sociedade capaz, culturalmente instruída e disposta ao bem-estar comum, a partir da harmonia supracitada. Também na China, a obra *A doutrina do meio-termo* foi o texto básico para os exames da função pública, de 1313 a 1905 dada sua importância para a vivência em grupo e para a busca pela felicidade.

Da mesma forma, o princípio foi utilizado como base da religião Budista, a partir do conceito da *via intermediária*. Na obra budista *Sistema da Via Intermediária*, Gautama Buda ensina o caminho do meio, caminho entre os extremos do ascetismo religioso e a autoindulgência mundana que pauta a religião. Também no judaísmo e no cristianismo veem-se traços da doutrina aristotélica. Os primeiros sábios do judaísmo, como Abraão, tal qual retratado na bíblia, (Eclesiastes 7:16-17) defendiam: "Não seja excessivamente justo nem demasiadamente sábio" e "não seja demasiadamente ímpio e não seja tolo."

Referências:

BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada*. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980.

Blackburn, Simon. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Consultoria da edição brasileira, Danilo Marcondes. Tradução de Desidério Murchol. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

Kant, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes e outros escritos*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

Lau, D. C. L&PM Pocket, ed. *Os Analectos - Confúcio*. Porto Alegre: L&PM Pocket, ed., 2006.